

Desafios para a melhoria da gestão pública municipal

José Donizete Osmar Novaes*



A maioria dos municípios brasileiros é bastante dependente dos repasses constitucionais, que são parcelas das receitas públicas arrecadadas pelos estados e pela União e repassadas aos municípios. Dentre as principais transferências da União para os municípios, previstas na Constituição, destacam-se:

- Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR);
- Compensações financeiras: royalties do petróleo e do gás natural;
- Compensação financeira pela exploração de recursos minerais (CFEM);
- Compensação financeira pela exploração de recursos hídricos (CFURH) e royalties de Itaipu Binacional.

Dentre as principais transferências dos estados para os municípios, previstas na Constituição, destacam-se:

- Quota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS);
- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Embora as fontes sejam variadas, as perspectivas de baixo crescimento da economia nacional e a pressão inflacionária nas despesas da administração pública municipal ampliam as dificuldades para manter o equilíbrio fiscal das prefeituras.

Nesse sentido, é fundamental a utilização de instrumentos e medidas para melhorar a arrecadação própria municipal e proporcionar melhor aplicação dos tributos, fazendo cumprir assim sua função social.

Gestão eficiente

A modernização da gestão tributária municipal deverá ser uma tendência nos próximos anos. Exigirá nova cultura de aproveitamento do potencial de arrecadação própria, permitindo uma redução da dependência do município em relação às transferências de receitas constitucionais.

Observa-se que os esforços dos municípios brasileiros para melhorar a qualificação de suas estruturas administrativas, inerentes à arrecadação e fiscalização, têm relação com um pacto federativo já distorcido.

A atual partilha de receitas revela uma distribuição pouco equilibrada e incompatível com as competências atribuídas especialmente aos municípios.

Por outro lado, existem programas para melhoria da gestão pública municipal, como é o caso do Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT/BNDES), e do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM/BID), que orientam e apoiam os municípios que precisam aprimorar sua gestão. Esses programas são ainda pouco acessados pelas prefeituras.

Em ambos os casos, PMAT ou PNAFM, os recursos podem ser utilizados para capacitação de técnicos e gestores municipais, consultorias, aquisição de equipamentos de informática, entre outras atividades, buscando aumentar a eficiência na arrecadação e o controle das despesas municipais.



A implantação e manutenção desses **programas de modernização** e a utilização de instrumentos e medidas de gestão permitem ao executivo municipal incrementar a arrecadação própria e proporcionam melhor aplicação dos tributos.

Existem dezenas de casos de sucesso de prefeituras que adotaram o PMAT e o PNAFM. Trata-se então de uma boa opção para enfrentamento dos desafios para os próximos prefeitos.

* José Donizete Osmar Novaes é auditor de tributos municipais, graduado em Administração de Empresas, especialista em Administração Pública pelo SENAC e pós-graduado em Administração de Recursos Humanos pela UNIFRAN. Desenvolve estudos que focam a organização do Sistema Tributário Municipal nas prefeituras. É consultor de Modernização da Gestão Pública Municipal da Interação Urbana.